



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141015 - BA (2021/0003002-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : PAULO ROBERTO CONCEICAO VIEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PAULO ROBERTO CONCEICAO VIEIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (Processo nº 8027667-09.2020.8.05.0000).

A prisão preventiva do recorrente foi decretada pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II e IV c/c 14, II, do Código Penal. Contra tal decisão foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem e a ordem foi denegada, daí a insurgência.

Sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva e a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar do paciente.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Subsidiariamente, pede a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão hostilizada possui coerente fundamentação.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente